

BALAIADA

Maranhão, em dezembro de 1838, rompeu uma sedição que, breve, tomou sérias proporções. Desde o principio do ano, achava-se a população dividida em dois partidos: os liberais ou "bem-te-vis" e os conservadores ou "cabanos" (morador em local tipo favela ou mocambo). A pretexto de sustentar os "bem-te-vis", Raimundo Gomes encetou o levante na vila da Manga do Iguara, comarca de Itapicuru; logo apareceram outros cabecilhas, como Manuel Francisco dos Anjos Ferreira, alcunhado o "Balaio", Livio Lopes (o Ruivo) e o preto Cosme.

O rebelde Raimundo Gomes era um mestiço do Piauí, quase negro, de figura insignificante, baixo, grosso, pernas arqueadas, testa larga e achatada, olhar tímido e vacilante, pouco atilado de entendimento, voz baixa e humilde e nenhuma audácia de conspirador. Embora fosse o chefe dos sediosos que mandava, nunca marchou à frente dos seus em momentos de peleja mas na retaguarda se conservava, prestes sempre a fugir e a evitar o perigo; nem foi de todos o mais ladrão e cruel; antes, comparado a outros, parecia humano. Criado no campo e no meio do gado, leigo nas letras humanas, ate 1838 só conhecido por alguns assassinatos de que impunemente vivia, foi apenas o instrumento do partido "bem-te-vi", a lutar contra o governo.

"Ruivo" foi talvez o mais feroz dos chefes da balaiada; fazia gabo de andar coberto de sangue e de apregoar o número de seus assassinatos perpetrados.

Cosme era um preto que chegou a dirigir um quilombo de mais de 3.000 escravos; não quis entregar-se; foi preso e justicado pelos legalistas.

Onde passavam os sediosos praticavam cenas capazes de horrorizar os próprios selvagens; tendo caído em suas mãos a cidade de Caxias foi saqueada, a 1º de julho de 1839; toda a província já era o teatro das abominações e dos latrocínios da "Balaiada"; eram infrutíferos os esforços para abafar a revolta, que ameaçava invadir o Piauí, o Ceará e o Pará.

Os bandoleiros dominavam em larga parte da província do maranhão e não aparecia esperança alguma de poder subjuga-los, tanto mais que, por cúmulo de desagradadas, o presidente como o comandante das forcas legais andavam desanimados e em desunião.

O governo da regência resolveu confiar ao coronel Luis Alves de Lima e Silva a presidência e o comando das armas do maranhão, com poderes para entrar no Piauí e no Ceará, ficando, às suas ordens, todas as forças que nestas províncias existiam.

Com sua merecida reputação de valente, íntegro e disciplinador, Luis Alves unia um caráter nobre e firme que inspirava confiança inteira; por isso, numerosos oficiais se ofereceram para acompanhá-lo na expedição pacificadora do norte; ele, todavia, limitou-se a escolher os mais prestantes e de reconhecida proibidade moral.

Encontrou o exercito em triste estado. Aparatosas brigadas sem pessoal;

os chefes vencendo gratificações correspondentes a seus títulos e os soldados recebendo, além dos soldos e etapas, rações dobradas, segundo se intitulavam casados; e soldados havia que até dez rações recebiam, a pretexto de igual número de supostos filhos; velhos e inertes oficiais das extintas milícias, fugitivos de suas casas, viviam nos acampamentos com soldo e gratificações de campanhas, sem que houvesse proveito.

Não havia mapa de pessoal e material; pagava-se sem indagar a quem e ao capricho de quem facilmente abusava destas irregularidades. Já começavam a faltar gado e gêneros para tantos desperdícios e esta falta sensível aumentava-lhes o preço com prejuízo aos cofres públicos.

Cada comandante de partido entrava nas fazendas, tirava o que queria, segundo a menor ou maior probidade de cada um, e grandes eram os queixumes contra muitos que não desdenhavam aproveitar-se do terror dos fazendeiros locais.

Por força de desordens estavam os cofres esgotados, a dívida avultada e, por falta de pagamento, negavam os fornecedores seus gêneros a crédito para o governo.

O governo imperial, todo ocupado com a guerra do sul, não remetia para o maranhão o dinheiro necessário, as armas, as munições e os fardamentos. Nem era só isto, mas protegia, de algum modo, os insurgentes, como se evidencia pelo fato seguinte: tinha-se remetido para o Rio de Janeiro uma porção de rebeldes notáveis, apanhados com armas às mãos e cuja presença era perniciosa na província. O ministério de então os agraciou e fez regressar, sendo que novamente reuniram-se as hordas devastadoras. Era o ministério liberal de 24 de julho de 1840, sendo Antônio Carlos de Andrada na pasta do Império o responsável pelos fatos citados, já no governo de D. Pedro II.

O ministro não se descuidava de recomendar que se não castigassem os rebeldes; descuidou-se, sim, de mandar os devidos socorros aos que, fieis aos seus juramentos e sujeitos a disciplina, bebiam águas infectas e andavam vestidos de lodo e poeira, em defesa daqueles mesmos que promoveram a desordem local. Apesar das graves dificuldades com que teve de lutar, tratou Luis Alves de, com oportunas providencias, por um dique a todas as causas de desmoralização. Ordenou, antes de tudo, que o seu exército se intitulasse "divisão Pacificadora do Norte". Regulou o serviço de campanha, estabeleceu comissões, nomeou médicos e capelães, organizou hospitais e tomou muitas medidas reclamadas pelas circunstâncias que encontrou.

Tendo em vista que os insurgentes nunca se apresentavam unidos em campo raso mas fossem, sem cessar, vagueando, assolando as fazendas e roubando tudo, era sumamente difícil combater os revoltosos.

Mesmo assim eram os balaíos acossados, em toda parte, de forma que, ponderando Raimundo Gomes, como muitos dos seus caudilhos haviam sido derrotados e suas tropas iam minguando, dirigiu a Luis Alves de Lima e Silva uma representação oferecendo-se a depor as armas sob certas condições que no podiam ser aceitas.

Luis Alves disse-lhes que seriam perdoados unicamente aqueles que depusessem as armas, sem condições alguma de concessão.

então o caudilho pretendeu alardear força, replicando que tinha 30.000

homens a seu dispor; foram às hordas, logo depois a 9 de agosto de 1840, derrotadas completamente, e no Alegrete apresentaram-se em grande número, humildes, aos soldados da legalidade, rendendo-se e dando por fim o movimento rebelde.

O líder Raimundo, porém, fugindo só, sem bagagem, foi oferecer seus serviços ao negro Cosme, que o aceitou empregando-o no fabrico da pólvora, que era de grande aplicação.

O negro Cosme principiava a ser a importante figura que mais assustava os fazendeiros, visto que se achava a frente 3.000 escravos fugidos e sob sua chefia.

Ele era demais presunçoso, pois assinava Dom Cosme, tutor e imperador das liberdades bem-te-vis; lançava proclamação aos escravos, conferia títulos e postos, tinha piquetes avançados e mandava partidas roubar e insurreccionar as fazendas vizinhas.

Como vimos, o Coronel Luis Alves de Lima e Silva restaurou a administração da província do maranhão, restabeleceu a disciplina e no tardou a infligir aos rebeldes derrota completa. Depois, unindo a clemência aos resultados da vitória, conseguiu finalmente a pacificação do maranhão, em janeiro de 1841, já depois da maioridade de D. Pedro II.

Foi esta a primeira província pacificada pelo insigne militar, uma das glórias mais puras da história pátria; Luis Alves de Lima e Silva foi, muito justamente agraciado com o título de "barão de Caxias" (Caxias era o nome da Vila onde estava o principal centro da revolta), pelo decreto de 18 de julho de 1841, tornando-se, mais tarde, um símbolo no Exército nacional.